



RIO GRANDE DO SUL

SINDIVIGILANTES-RS COBRA DAS EMPRESAS DISPENSA DAS GESTANTES E EPI'S PARA TODOS



Na última segunda-feira (23), o Sindivigilantes do Sul enviou um ofício, elaborado pela sua Assessoria Jurídica, para todas as empresas de vigilância cadastradas no sindicato, solicitando medidas imediatas de prevenção ao coronavírus.

Na correspondência, o sindicato cobra das

empresas a dispensa remunerada das vigilantes gestantes, que estão no grupo de risco, e EPI's (equipamentos de proteção individual) contra o vírus para todos os demais trabalhadores.

O sindicato recebeu denúncias de que as empresas oficiadas não vêm "adotando medidas de preservação da saúde de seus empregados

frente à pandemia do Covid-19, em especial de suas empregadas gestantes”.

Ele aponta que isso viola o artigo 157 da CLT, a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, o Decreto Estadual 55.128 de 19 de março de 2020 e o inciso XXII, do artigo 7º, da Constituição Federal de 1988.

“Os trabalhadores denunciaram ainda que a oficiada não vem oferecendo EPI’s para evitar a contaminação do Covid-19, a exemplo de álcool em gel 70% e máscaras faciais de proteção, além de exigir que seus empregados vigilantes façam a medição da temperatura do público com uso de termômetros a laser os expondo a maior risco de contágio”, diz o documento.

Conforme os relatos dos vigilantes, alguns postos de trabalho estão suspendendo o atendimento ao público, sendo liberados alguns trabalhadores para ficarem em casa, sem prejuízo dos salários.

O documento afirma que, “no caso das gestantes a oficiada adotou outro posicionamento, não as dispensando e determinando que se apresentassem na base para aguardarem outros postos para assumirem e/ou mesmo para que cumpra sua jornada na base”.

Grupo de risco

Acontece que gestantes estão no chamado grupo de risco e não é plausível que as empresas ignorem isso e as mantenham no local de trabalho, enquanto outros que não estaria no grupo de risco estariam sendo dispensados.

Neste sentido, o sindicato orienta que as empresas devem “conceder licença remunerada a todas as suas empregadas gestantes, porque o risco de atividade cabe à empresa e o salário tem natureza alimentícia”.

Em relação aos demais trabalhadores que não se enquadram no grupo de risco, o

sindicato alerta que compete às empresas “adotar medidas a fim de evitar o contágio do Covid-19 mediante o fornecimento de EPI’s, como por exemplo álcool em gel 70%, máscaras faciais de proteção, luvas entre outros que visem à proteção do trabalhador”.

Diz ainda que “os funcionários de segurança pessoal e patrimonial não têm por atribuição fazer a medição de temperatura do público que adentra no ambiente das empresas com as quais as empresas de vigilância mantém contrato”

Essa exigência “expõe o trabalhador a maior risco de contágio além de ser uma alteração lesiva ao contrato de trabalho em verdadeira violação a regra do artigo 468 da CLT, além de demonstrar violação a regra do artigo 157 da CLT”, conclui o documento.

O ofício finaliza orientando as empresas a adotarem, imediatamente, todas as medidas preventivas necessárias, caso não tenham sido adotadas ainda. Pede que confirmem ou desmintam as denúncias, com documentação que comprove a implementação das providências indicadas.

Caso as empresas não respondam com a documentação solicitada, o sindicato vai encaminhar denúncia junto aos órgãos competentes, como o Ministério Público do Trabalho para as providências administrativas cabíveis ao caso.

Também vai providenciar o ajuizamento de processo judicial para defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da sua base territorial. Enquanto isso, continua a fiscalização do sindicato nos locais de trabalho apontados em denúncias.

Veja quais são as empresas oficiadas pelo sindicato no site da entidade.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Sindicato cobra esclarecimentos do Banestes sobre escala de trabalho



Uma manhã de atitudes concretas em prol da categoria! Depois de oficiar a prefeitura da Serra sobre os EPI's, o sindicato cobrou esclarecimentos do Banestes a respeito da escala de trabalho dos Vigilantes Patrimoniais.

De acordo com o diretor tesoureiro do Sindseg-GV/ES, Welinton Silva, o questionamento do sindicato é se haverá perdas salariais ou não para estes profissionais. Com isso, solicitou nesta quinta-feira (26), esclarecimentos do Banestes sobre o pagamento do salário e tíquete alimentação dos trabalhadores.

“Tomamos conhecimento que os vigilantes do Banestes estão sendo convocados para trabalhar em revezamento de escala de três em três dias, sendo que suas escalas originais são 5X2 e que recebem tíquete alimentação por dia trabalhado. Estes profissionais estão preocupados com o posicionamento da

empresa contratante sobre o valor do salário que irão receber”, explica.

Ainda de acordo com Welinton, outra preocupação é referente ao tíquete alimentação, uma vez que a empresa Esquadra determinou o revezamento na escala, mas não deu nenhum esclarecimento para os vigilantes.

“Eu quero deixar bem claro que nós, Sindseg-GV/ES, defendemos que continuem sendo pagos o salário e o tíquete alimentação normal para todos os vigilantes que atuam no contrato do Banestes, tendo em vista que foram contratados para exercerem a escala 5X2 e dependem dos seus salários e tíquete para prover o sustento de suas famílias”, afirma Welinton Silva.

Confira o ofício no site da entidade

Fonte: SINDSEG GV-ES

Sindseg-GV/ES cobra da prefeitura da Serra medidas de prevenção para Vigilantes Patrimoniais



O sindicato está tomando medidas práticas para garantir a segurança epidemiológica dos vigilantes patrimoniais e na manhã desta quinta-feira (26), oficiou a prefeitura da Serra para que forneça para os trabalhadores máscaras e álcool em gel a 70%.

A ação aconteceu depois que o Sindseg-GV/ES recebeu denúncias de trabalhadores.

“Nós recebemos diversas denúncias de que alguns vigilantes estão trabalhando em Unidades de Saúde da Serra, UPAS sem nenhum equipamento fornecido pelo município. Os vigilantes estão totalmente expostos ao vírus sem ter a sua disposição álcool ou máscara nestes locais com grande fluxo de pessoas”, afirma o diretor tesoureiro do sindicato, Welinton Silva.

O sindicato está tomando medidas de prevenção para preservar a saúde de toda a categoria que é essencial neste momento de crise.

Além da cobrança dos EPI's, o sindicato

solicitou que a prefeitura da Serra informe a entidade em cinco dias as medidas tomadas conforme dispõe o Parágrafo 3º da Cláusula Quinquagésima Primeira da CCT 2020/2021.

“Nós não vamos parar diante desta pandemia. Estamos tomando todas as medidas necessárias para evitar a propagação da Covid-19. Reforçamos que a população siga as orientações do ministério da saúde e aos vigilantes patrimoniais, categoria que não pode parar, orientamos que usem máscara e álcool em gel e, caso esses equipamentos não estejam sendo fornecidos a vocês, denunciem para nós”, finaliza Welinton.

O telefone para denúncias é o (27) 99833-8722. O Sindseg-GV/ES ressalta que toda e qualquer irregularidade deve ser denunciada.

Fonte: SINDSEG GV-ES

BAHIA

SEGUIMOS NA FISCALIZAÇÃO SINDICAL, COBRANDO DAS EMPRESAS PROTEÇÃO PARA OS VIGILANTES



Nesta quinta-feira, 26, a Fiscalização Sindical esteve no Parque de Abaeté e constatou a falta de material para proteção de Vigilantes da MAP e da JAVA. No caso da Java os vigilantes até

afirmaram que a empresa disponibilizou uma quantidade de máscaras e álcool em gel, além de uma Guia de Orientação, mas parece que as máscaras “sumiram”. Ninguém usava nada. No caso da Map, a conhecida MAQUINA DE MOER GENTE, só descaso e nenhum material.

Além das visitas o Sindicato já tem recebido muitas denúncias através da internet (www.sindvigilantes.org.br) ou contato com os diretores.

Denuncie. SUA VIDA VALE.

Fora do trabalho, todos em casa.

Se somos essenciais na situação de calamidade pública, o Sindicato está junto do Vigilante, no posto, cuidando da sua proteção.

É sua vida, a vida de sua família!

É o Sindicato cuidando do Vigilante!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Não há contradição entre defender a vida e preservar as empresas, diz Dieese



Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na noite desta terça-feira (24) deixou explícito que a principal preocupação deste governo é a manutenção do lucro das empresas, e não a saúde da população. Essa intenção não é manifestada apenas no discurso, mas também em decisões, como no caso da Medida Provisória (MP) 927, publicada

no último domingo (22), que desprotege ainda mais os trabalhadores em meio à pandemia do coronavírus.

Segundo Fausto, não há contradição entre a preservação da vida das pessoas e das empresas, pois não é possível pensar que as últimas vão funcionar normalmente se os trabalhadores estiverem em risco. “Não existe contradição. Se as pessoas sobreviverem, as empresas também sobreviverão. O problema é que o governo só ouve os empresários, um determinado perfil de empresários, e acaba refletindo essa percepção de que é preciso ‘salvar a economia’”, afirmou ao jornalista Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta quarta-feira (25).

Repactuação

Famílias e empresas passarão por um período de provação durante esse período. A previsão do diretor do Dieese é que o endividamento acumulado vai demandar a construção de um novo pacto social para a superação da crise.

“É possível pensar em repactuar a sociedade, especialmente a partir do processo de endividamento que vai ocorrer entre as famílias e as empresas. As empresas não vão quebrar no período de quarentena, mas após esse período, quando voltarmos à normalidade. É aí que o Estado tem que atuar, para refazer contratos e alongar o perfil das dívidas, em alguns casos perdendo essas dívidas”, afirmou Fausto.

Para construir esse pacto, é preciso construir condições que garantam a saúde

e a sobrevivência da população, como a implementação de uma renda básica durante o período emergencial, bem como garantir o acesso a crédito barato para as empresas. Também é necessário garantir a segurança dos trabalhadores, principalmente daqueles serviços essenciais que continuam operando durante o período de isolamento.

MP 927

Fausto voltou a alertar sobre os impactos da MP 927, que vão muito além da suspensão dos contratos de trabalho por até quatro meses, sem remuneração, medida revogada pelo próprio governo. Ele cita o afastamento dos sindicatos das negociações com as empresas, que passam a ter caráter individual, e a extensão das jornadas de trabalho como itens que preocupam.

Há também a necessidade de comprovar “nexo causal” para que a contaminação por coronavírus seja considerada como acidente de trabalho. Isso implica na redução dos valores da aposentadoria e de eventual pensão por morte, caso o trabalhador não consiga comprovar que o contágio ocorreu no contexto do exercício profissional. A MP também retira o período de estabilidade garantido no retorno ao trabalho, após afastamento por acidente. “Não faz o menor sentido, nesse momento em que estamos vivendo, quando é preciso dar mais segurança a esses trabalhadores.”

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

CUT e centrais debatem MP 927 e garantia de emprego e renda com presidente do STF

Sérgio Nobre pediu que Toffoli apoie a pauta da classe trabalhadora, que prioriza a saúde, a preservação dos empregos e da renda e também do parque produtivo para atravessar essa crise



O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, e representantes das demais centrais sindicais participaram, na manhã desta quinta-feira (26), de uma reunião com o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir como fazer o enfrentamento à crise sanitária e econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) de forma séria e humanitária.

Na pauta da audiência, realizada por meio de videoconferência, foram debatidas medidas urgentes para proteger o emprego, os direitos

e a renda da classe trabalhadora. Assim como os representantes das centrais, Toffoli é crítico da Medida Provisória 927, editada pelo governo de Jair Bolsonaro que altera itens da legislação trabalhista pelo menos até 31 de dezembro deste ano.

“Não podemos permitir que essa MP 927 prospere. É uma medida desastrosa neste momento, inclusive do ponto de vista da retomada econômica no futuro”, disse Sérgio Nobre.

“Queremos o seu apoio, ministro, à nossa

pauta que tem como prioridade garantir a saúde, a preservação dos empregos e da renda da classe trabalhadora e também do parque produtivo, para atravessar essa crise. E essa garantia tem de ser viabilizada pelo Estado, hoje sem comando”, afirmou Sérgio Nobre ao presidente do STF.

Dias Toffoli disse aos sindicalistas que o Supremo vai atuar “em relação à defesa do trabalho, dos sindicatos e das garantias ao cidadão”. Segundo o presidente do Supremo, se não houver acordo para mudanças na MP 927, o plenário do STF vai julgar na próxima semana a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) das centrais sindicais contra a medida provisória.

DESGOVERNO

“Como o governo não governa, estamos propondo ao Congresso Nacional que crie um fórum de entidades da sociedade civil para ter coordenação desse momento dramático que o país vive”, disse Sérgio Nobre.

Dias Toffoli concordou com o presidente da CUT sobre a falta de comando e centralidade nas ações que garantam medidas e ações efetivas para enfrentar a crise. “Ainda falta centralidade, falta um comitê gestor dessa crise, que possa estabelecer protocolos de ação, como, por exemplo, manter os serviços essenciais (abastecimento de água, energia elétrica, internet) funcionando”, com garantias de segurança e saúde aos trabalhadores”, disse Toffoli

Sérgio Nobre argumentou que, a persistir a forma como o governo federal está tratando a crise sanitária e econômica, é muito grande o risco de desemprego em massa, de perda de empresas, em especial as micro e pequenas, que são responsáveis por mais da metade dos empregos no País. “Nos preocupa muito, a persistir esse cenário, a grande possibilidade

de chegar a 40 milhões de desempregados”, disse o presidente nacional da CUT.

“O papel das centrais sindicais é fundamental neste momento à manutenção dos serviços essenciais e também para preparar a saída dessa crise”, afirmou o presidente do STF.

Na reunião, Sergio Nobre também destacou que o governo brasileiro vai na contramão de outras nações do mundo nessa crise. Citou os pacotes dos EUA e da Alemanha com medidas que garantem renda aos trabalhadores. “O Brasil não tem o mesmo potencial desses países, mas queremos medida similar aqui”, disse Sérgio Nobre.

O presidente da CUT destacou a importância da reunião com o STF, no momento “em que falta diálogo no País”, em que o governo federal edita medidas provisórias sem dialogar com as instituições que representam a sociedade.

Sergio destacou também a falta de coordenação do presidente da República, que leva as empresas a não saber como agir, se fecham totalmente, se trabalham parcialmente, o que impacta os trabalhadores. Falou ainda da preocupação com os trabalhadores na saúde, em todo Brasil: “São diárias as denúncias de que não tem equipamentos de proteção para trabalhadores de saúde e outros setores. Por mais que os trabalhadores procurem medidas de proteção quando sai de casa para o trabalho pega transporte coletivo lotado, se expõe”

“Saibam que nós (STF) estamos atentos ao nosso papel para fazer cumprir a Constituição Federal. A excepcionalidade da crise exige excepcionalidades de soluções, mas tudo tem que ser feito de forma acordada”, disse Toffoli.

FONTE: CUT

Câmara aprova renda emergencial e derrota proposta 'aviltante' do governo

Projeto garante renda de até R\$ 1.200 para famílias e informais enfrentarem o coronavírus com dignidade, segundo a oposição



Câmara realizou nesta quinta-feira a segunda sessão com participação remota da maioria dos deputados

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quinta-feira (26), projeto de lei que garante renda emergencial para trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa durante a crise provocada pela pandemia de coronavírus. A proposta segue agora para o Senado. O projeto prevê recursos de R\$ 600 para brasileiros em situação de vulnerabilidade social, mas, na prática, pode chegar a R\$ 1.200 por família. O governo havia proposto inicialmente R\$ 200 por pessoa. Com a derrota previamente sacramentada, o governo autorizou seus líderes

a negociar o valor aprovado.

Dirigindo-se ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) saudou o consenso ao qual se chegou na casa. “Quero louvar a sua posição e a do relator (Marcelo Aro – PP-MG), que prontamente elevaram para R\$ 1.200 a renda mínima que teremos na emergência, em nome das mulheres e arrimos de família. Isso é fundamental para manter a quarentena e a dignidade das pessoas”, disse a petista.

Poderão ser beneficiados maiores de 18

anos que não tenham emprego formal, não sejam titulares de benefícios previdenciários ou de programas assistenciais. O presidente da Câmara esclareceu que aguarda um decreto ou medida provisória do governo prevendo crédito extraordinário “para dar lastro à aprovação do projeto”.

Marcelo Freixo (Psol-RJ) aplaudiu a vitória do parlamento e a união da oposição. “Nos mantivemos unidos, conectados, dialogamos para que chegássemos a uma proposta muito diferente da proposta do governo. Duzentos reais é aviltante”, disse. “Quando fazemos que uma família receba R\$ 1.200, isso vai aquecer a economia. O presidente tem muita dificuldade de entender o óbvio. Não temos economia crescendo com pessoas morrendo”, disse Freixo.

Para o deputado Jorge Solla (PT-BA), o resultado representou “a vitória mais importante que o Brasil teve desde o impeachment de Dilma Rousseff. Estamos aprovando o Estado forte”.

Cumprimentado pela oposição e por Maia “por seu papel” nos trabalhos da casa, Orlando Silva (PCdoB) afirmou que talvez o presidente da República tenha “acordado, mesmo que a reboque da Câmara”. “O próximo passo (da Câmara) é estruturar caminhos para ativar a economia brasileira”, disse.

Antes do acordo que estabeleceu o benefício em R\$ 600, o deputado José Guimarães (PT-CE), como líder da minoria, anunciou que sua bancada votaria a favor da proposta. “Grande parte de nossas propostas estão contidas no projeto em votação (aprovado). Tanto o nosso projeto como o de Eduardo Barbosa (do PSDB-MG) têm pontos de contato (num aspecto) fundamental: o compromisso de entender que a defesa da vida é o centro das nossas preocupações no momento”, disse. Para Guimarães, os parlamentares precisam “estar juntos” para combater a crise e o vírus. “Nosso comportamento não poderá ser outro a não ser votar a favor do projeto apresentado”, acrescentou.

Alessandro Molon (RJ), líder do PSB na casa, afirmou que a data é “um dia histórico para o parlamento brasileiro”. O deputado destacou

que a proposta aprovada “está distante do que todos nós queríamos, mas o ótimo é inimigo do bom”. Molon afirmou também que seu partido e a oposição vão insistir na prorrogação do prazo previsto de três meses, previsto para a regra vigorar.

“Presidente, seja homem”

A deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), líder do seu partido e apoiadora de primeira hora do presidente da República, anunciou que faria “mea culpa, um lamento, uma confidência” sobre o presidente Jair Bolsonaro. Disse que “aos poucos” perde a crença no chefe de governo. Acusou o presidente de não cumprir acordos. “Quem tem feito o trabalho é o Congresso Nacional.”

“Ouvi ele (Bolsonaro) dizer ‘vou me reeleger tomando cerveja e usando chinelo Rider’”, revelou Joice. “Não consegue administrar a imprensa, portanto, ataca a imprensa; não trabalha com o Congresso, portanto, ataca o Congresso; ataca os amigos. Agora falta atacar quem? Falta atacar o povo brasileiro. O presidente vai atacar o povo brasileiro? Precisamos que o presidente da República seja homem pra cumprir em pé o que combina sentado”, acrescentou.

A líder do Psol, Fernanda Melchionna (RS), afirmou que a legenda votaria a favor e declarou que “o projeto é um bom começo, mas ainda insuficiente, precisamos atingir 100 milhões de brasileiros”. Segundo a parlamentar, Bolsonaro está “fazendo o seu Deus o mercado”. “É tão ignorante que não fala dos brasileiros e brasileiras que não têm saneamento e água tratada.”

Antes, o plenário aprovou o Projeto de Lei 805/20, do deputado Pedro Westphalen (PP-RS), que suspende por 120 dias, a partir de 1º de março, a exigência de hospitais filantrópicos e outros prestadores de serviços de saúde cumprirem metas contratadas junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: Câmara Federal

Câmara aprova dispensa de atestado para faltas de trabalhador com coronavírus

Projeto de autoria do deputado Alexandre Padilha (PT-SP) garante afastamento por sete dias sem exigência do atestado e prevê documento eletrônico para o caso de quarentena imposta



Em sessão remota, Câmara aprova projeto de Alexandre Padilha que dá segurança ao trabalhador com sintomas de infecção pelo coronavírus

A Câmara aprovou nesta quinta-feira (26) projeto do deputado Alexandre Padilha (PT-SP) que dispensa o trabalhador infectado por coronavírus de apresentar atestado médico para justificar a falta ao trabalho e garantir o recebimento de salário. Com a medida, pretende-se reduzir o número de pessoas que busquem os hospitais com sintomas leves da covid-19 para conseguir o documento.

O projeto garante afastamento por sete dias

sem exigência do atestado médico. Em caso de quarentena imposta, o trabalhador poderá apresentar, a partir do oitavo dia, documento eletrônico regulamentado pelo Ministério de Saúde ou documento de unidade de saúde do SUS.

A matéria foi votada em sessão virtual e ainda precisa ser aprovada pelo Senado para virar lei.

Fonte: Câmara Federal

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF